

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.653 - MS (2019/0061453-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : L S
ADVOGADOS : MARA SHEILA SIMINIO LOPES - MS006673
RODOLFO AFONSO LOUREIRO DE ALMEIDA E OUTRO(S) -
MS006239
AGRAVANTE : N B S
ADVOGADO : LUIS FERNANDO NUNES RONDÃO FILHO E OUTRO(S) -
MS008789
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE ALIMENTOS. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.

1. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por N B S contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 13/02/2018.

Concluso ao gabinete em: 31/05/2019.

Ação: de revisão de alimentos proposta por L S contra a ora agravante N B S, na qual pleiteia a redução para R\$ 1.000,00 reais dos alimentos provisórios concedidos nos autos da ação de divórcio das partes no valor de R\$ 10.800,00 reais.

Sentença: julgou extinto o processo por perda de objeto e condenou o agravado L S a pagar honorários sucumbenciais no valor de 10% sobre o valor da causa arbitrado em R\$ 117.600,00 reais, equivalente à diferença entre o valor que vinha sendo pago e o valor por ele pretendido.

Acórdão: deu provimento aos recursos de apelação interposto por ambas partes para manter o benefício da justiça gratuita à agravante e fixar o valor da causa em R\$ 12.000,00 reais, nos termos da seguinte ementa:

E M E N T A. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA JULGADA IMPROCEDENTE. TRÂNSITO EM JULGADO. MANUTENÇÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. CORREÇÃO DO VALOR DADO À CAUSA. ART. 292, III, DO CPC. RECURSOS PROVIDOS.

Reforma-se a sentença que indeferiu a justiça gratuita, porquanto a decisão que julgou improcedente a impugnação à justiça gratuita já transitou em julgado.

Na ação de alimentos o valor dado à causa deve ser a soma de 12 prestações mensais pedidas pelo autor, nos termos do art. 292, III, do CPC.

Embargos de declaração: opostos por ambas as partes, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação do art. 292, § 3º, do CPC/15. Defende que os honorários devem ser fixados com base no proveito econômico pretendido, que no presente caso seria o valor de R\$ 9.800,00 reais (diferença entre o valor pago pelo agravado R\$ 10.800,00 reais e o valor que ele pretendia pagar de R\$ 1.000,00 reais). Assim, o valor correto da causa seria de R\$ 117.600,00 reais.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da fundamentação deficiente e da ausência de prequestionamento

Os argumentos invocados pela agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou o artigo 292, § 3º, do CPC/15, uma vez que tal dispositivo trata do procedimento a ser observado pelo magistrado na correção do valor da causa, que não foi objeto de debate pelo Tribunal de origem.

A agravante deveria ter fundamentado o seu recurso no artigo 292, III, do CPC/15, o qual dispõe sobre os elementos a serem observados para o

cálculo do valor da causa e que foi discutido pelo acórdão recorrido.

Desse modo, incide a Súmula 284/STF pela deficiência de fundamentação do recurso, bem como incide a Súmula 211/STJ pela ausência de prequestionamento do referido dispositivo legal.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, condeno a parte agravante ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 500,00 reais em favor da parte agravada, observada a gratuidade de justiça deferida.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora